

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas na sede social para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, ao perfeito conhecimento das contas apresentadas. Colatina-ES, 14 de março de 2008. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	2007		PASSIVO	2007	
	2007	2006 Ajustado		2007	2006 Ajustado
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos (nota 4)	3.657	1.483	Fornecedores (nota 13)	7.315	5.355
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	23.435	22.496	Salários a pagar	80	37
Consumidores, concessionários e permissionários (nota 6)	14.174	14.561	Tributos e contribuições sociais (nota 14)	4.004	3.321
Bônus e sobretaxa (nota 7)	2	2	Participações estatutárias	1.489	1.398
Encargo de capacidade emergencial	58	67	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	5.566	5.177
Tributos e contribuições sociais (nota 8)	3.027	1.404	Empréstimos e financiamentos (nota 15)	2.734	1.985
Estoques (nota 9)	674	687	Obrigações estimadas	1.301	1.198
Outros ativos	1.214	1.232	Encargos do consumidor a recolher	1.374	1.476
	46.241	41.912	Outros passivos	162	853
				24.025	20.802
NÃO CIRCULANTE			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Empréstimos e financiamentos	30.967	11.713
Efeitos regulatórios PIS/COFINS sem cobertura tarifária (nota 11)	3	837		30.967	11.713
Outros créditos	1.664	1.125	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	1.667	1.962	Capital social (nota 16)	32.814	30.373
PERMANENTE			Reserva de capital	3.374	2.945
Imobilizado (nota 12)	64.137	36.096	Reserva de lucro	3.807	3.137
	64.137	36.096	Lucros acumulados	17.058	11.000
TOTAL DO ATIVO	112.045	79.970	TOTAL DO PASSIVO	112.045	79.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros/ legal	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2005	25.873	1.515	2.508	5.147	35.043
Aumento de capital c/c AGO de 27/04/06	4.500	-	-	-	4.500
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(18)	(18)
Incentivo fiscal	-	1.430	-	-	1.430
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.582	12.582
Lucro do exercício originalmente apresentado	-	-	-	137	137
Ajustes identificados em 2007 relacionados a 2006	-	-	-	12.719	12.719
Lucro líquido do exercício de 2006 ajustado	-	-	629	(629)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	(2.760)	(2.760)
Proposta da Administração para distribuição de dividendos	-	-	-	(2.298)	(2.298)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,65 por ação)	-	-	-	(1.161)	(1.161)
Dividendos - Ações ordinárias (R\$ 0,82 por ação)	-	-	-	-	-
Dividendos - Ações preferenciais (R\$ 0,82 por ação)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2006 (ajustado)	30.373	2.945	3.137	11.000	47.455
Aumento de capital c/c AGE de 23/08/07	2.441	(2.441)	-	-	-
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento	-	2.870	-	-	2.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.400	13.400
Constituição de reserva legal	-	-	670	(670)	-
Proposta da Administração para distribuição de dividendos	-	-	-	(3.017)	(3.017)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,68 por ação)	-	-	-	(2.428)	(2.428)
Dividendos - Ações ordinárias (R\$ 0,83 por ação)	-	-	-	(1.227)	(1.227)
Dividendos - Ações preferenciais (R\$ 0,83 por ação)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	32.814	3.374	3.807	17.058	57.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007	2006 Ajustado
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia Elétrica e Serviços	127.743	109.263
Doações Contrib. Residencial Baixa Renda	2.344	2.082
Reposicionamento Tarifário Diferido	3.991	3.546
Provisão para devedores duvidosos - Reversão (Constituição)	(33)	(159)
Não Operacionais	243	52
Custo da Energia Comprada	(50.582)	(37.598)
Serviços de Terceiros	(4.812)	(4.167)
Materiais	(2.688)	(2.159)
Outros Custos Operacionais	(1.369)	(1.011)
VALOR ADICIONADO BRUTO	74.637	69.849
Quotas de Reintegração	(3.456)	(2.902)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	71.181	66.947
Receitas Financeiras	3.908	4.222
VALOR ADICIONADO TOTAL	75.289	71.169
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	(8.145)	(6.951)
Impostos, Taxas e Contribuições	(49.752)	(48.080)
Encargos de Dívidas e Juros	(2.201)	(1.731)
Aluguéis	(302)	(290)
Juros s/Capital Próprio/Dividendos/Participações	(8.161)	(7.617)
Lucros Retidos	(6.728)	(6.500)
	(75.289)	(71.169)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007	2006 Ajustado
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Arrecadação	139.429	119.909
Recebimento Subvenção Baixa Renda - Residencial	2.297	2.011
Outros	17.718	3.919
Fornecedores - Materiais e Serviços	(40.840)	(21.369)
Fornecedores - Energia Elétrica	(48.202)	(36.120)
Salários e Encargos Sociais	(5.710)	(4.801)
Impostos e Contribuições	(40.545)	(34.317)
Outras Despesas	(3.239)	(7.014)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.908	22.218
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Materiais	194	128
Dividendos Pagos	(3.459)	(2.474)
Aquisição de Imobilizado	(33.037)	(15.697)
Participações Estatutárias	(1.398)	(1.247)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(37.700)	(19.292)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	22.151	5.749
Subvenção Econômica	953	1.834
Serviço da Dívida	(3.369)	(3.284)
Principal	(2.195)	(3.031)
Encargos	(1.174)	(253)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	19.735	4.299
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES NÃO OPERACIONAIS		
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	82	129
Outras Receitas	799	584
Outras Despesas	(691)	(685)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES NÃO OPERACIONAIS	190	28
Aumento no Caixa e Equivalentes	3.133	7.253
Saldo de Caixa no Início do Período	23.959	18.708
Saldo de Caixa no Final do Período	27.092	25.961
Aumento no Caixa e Equivalentes	3.133	7.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007	2006 Ajustado
RECEITA BRUTA		
Fornecimento de energia elétrica	126.322	108.630
Doações, contribuições, subvenções, residencial baixa renda	2.344	2.082
Reposicionamento tarifário diferido	3.991	3.546
Outras receitas	1.421	633
	134.078	114.891
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR (nota 22)	(536)	(551)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE (nota 22)	(2.576)	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC (nota 22)	(2.331)	-
Impostos e contribuições sobre a receita	(36.901)	(34.200)
	(42.344)	(34.751)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	91.734	80.140
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(8.145)	(6.951)
Materiais	(2.688)	(2.159)
Serviços de terceiros	(4.812)	(4.167)
Energia elétrica comprada para revenda	(50.582)	(37.598)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(4.253)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	-	(2.376)
Depreciação e amortização	(3.456)	(2.902)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.704)	(1.480)
	(71.387)	(61.866)
LUCRO BRUTO	20.347	18.274
EFEITOS FINANCEIROS		
Receitas financeiras (nota 21)	3.908	4.222
Despesas financeiras (nota 21)	(2.201)	(1.731)
Juros sobre o capital próprio	(3.017)	(2.760)
	(1.310)	(2.89)
RESULTADO OPERACIONAL	19.037	18.005
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS		
Resultado antes das provisões	19.280	18.057
Imposto de renda (nota 19)	(5.533)	(5.003)
Contribuição social (nota 19)	(1.875)	(1.697)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA	11.872	11.357
Participações estatutárias	(1.469)	(1.398)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	10.383	9.959
Reversão dos juros sobre o capital próprio	3.017	2.760
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.400	12.719
LUCRO POR AÇÃO	3,03	3,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007	2006 Ajustado
ORIGEM DE RECURSOS		
Operações		
Lucro líquido do exercício	13.400	12.719
Itens que não representam movimentação de capital circulante	-	(18)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	96	203
Variação monetária sobre exigível a longo prazo	3.475	2.902
Depreciação	2.101	1.67
Baixa do ativo imobilizado	17.181	15.863
De acionistas		
Integralização de capital	-	4.500
	-	4.500
De terceiros		
Incentivos fiscais	2.870	1.430
Contribuições e doações de consumidores	1.311	2.399
Financiamentos obtidos	22.151	5.749
Redução do realizável a longo prazo	295	1.165
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	-	2.227
	26.627	12.970
TOTAL DAS ORIGENS	43.608	33.333
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
Aquisição de ativo imobilizado	33.037	15.697
Transferências p/ curto prazo de parcelas de empréstimos a longo prazo	2.993	2.187
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.672	6.219
	42.702	24.103
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.106	9.230
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
Ativo circulante		
No início do exercício	41.912	32.586
No fim do exercício	46.241	41.912
	4.329	9.326
Passivo circulante		
No início do exercício	20.802	20.706
No fim do exercício	24.025	20.802
	3.223	96
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.106	9.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (doravante referida como Santa Maria ou Companhia), constituída em 10 de setembro de 1959, é uma sociedade de capital fechado, na condição de concessionária do serviço público de energia elétrica, e tem como objetivo principal a geração e distribuição de energia elétrica. Sua atuação abrange a área de 11 municípios do Estado do Espírito Santo. A Companhia gera e transmite cerca de 3,01% da energia elétrica requerida pelo seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. Os 96,99% restantes de sua energia distribuída são adquiridos da Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
A Santa Maria, com sede em Colatina - ES, tem contrato de concessão de geração e distribuição junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, assinado em fevereiro de 1999, com vencimento em julho de 2015 e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas por esse órgão.
A área de concessão reagrupada nos termos do artigo 22 da Lei nº 9.074/95

compreende os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo		
Conjunto de Consumidores	Nº Consumidores	por Conjunto
Água Branca	5.149	4.616
Alto Rio Novo	2.758	2.509
Centro - Colatina (exceto distrito de Itapina)	36.640	35.389
Mariandia	3.378	3.117
Pancas	6.058	5.509
Sul - São Roque do Canaã e Santa Teresa (exceto a sede e o distrito de Alto Santa Maria)	5.621	5.299
São Domingos do Norte	2.580	2.387
São Gabriel da Palha	8.004	7.624
Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.776	3.504
Governador Lindemberg	3.808	3.497
Total	77.770	73.431

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Por meio da Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, foi instituído o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujas normas insensíveis por meio do plano de contas, instruções contábeis e do roteiro de divulgação de informações econômicas e financeiras estão sendo aplicadas compulsoriamente pelas concessionárias e permissionárias desde 1º de janeiro de 2002.
O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como a análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

Continua >>>

CNPJ: 27.485.069/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma,)

(a) Abertura de crédito pela Eletrobrás, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, para realização de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos" do Ministério de Minas e Energia



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Contratos de abertura de crédito com repasse do Banco Santander Banespa S.A. - FINAME e com a Caixa Econômica Federal - FAT, utilizados na aquisição de equipamentos para a SE Henrique Nunes Coutinho e a LT 138KV, ligando a Usina Mascarenhas à SE Henrique Nunes Coutinho.

(c) Contratos de abertura de crédito fixo com repasse do FINAME, a serem utilizados na aquisição de equipamentos, e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinado a prover recursos de capital de giro correspondentes a aproximadamente 90% da recomposição tarifária extraordinária, de acordo com o estabelecido no acordo geral do setor elétrico. Para esses empréstimos foram concedidas garantias na forma de alienação fiduciária dos bens (FINAME) e faturamentos futuros (BNDES).

Em 31 de dezembro de 2007, as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo tinham os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2009	5.589
2010	5.012
2011	4.725
2012	3.407
2013	3.373
2014	3.373
2015	1.793
2016	1.653
2017	1.452
2018	370
2019	220
Total	30.967

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social** O capital social da Companhia está representado por ações, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie/classe	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	2.937.927	21.800	2.798.511	20.178
Preferenciais	1.484.392	11.014	1.413.952	10.195
	4.422.319	32.814	4.212.463	30.373

Valor patrimonial por ação (R\$): 12.9011 (2007) 11.2654 (2006)

As ações preferenciais não possuem direito a voto. No entanto, conferem aos seus possuidores dividendos mínimos obrigatórios de 8% sobre o valor nominal, nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias.

Do resultado do exercício, após a dedução das provisões para o imposto de renda e contribuição social, será destinada uma quota de até 10% para gratificação à Diretoria e o saldo terá a seguinte destinação:

a. Constituição da reserva legal em 5% até o limite de 20% do capital social.

b. Pagamento de 25% de dividendos às ações ordinárias.

c. **Ajustes de exercícios anteriores:** No exercício de 2007, a Companhia ajustou o resultado do exercício no montante de R\$ 137 mil em decorrência de valores cobrados a maior dos consumidores em exercícios anteriores. Os valores foram devolvidos aos consumidores mediante o desconto nas faturas de energia elétrica do exercício de 2007.

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do Estatuto Social. Conforme o capítulo III, do Estatuto Social da Santa Maria, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para:

a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.

b. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	13.400	12.582
Constituição de reserva legal	(670)	(629)
	12.730	11.953

Dividendos mínimos obrigatórios

Ações ordinárias (2007 - R\$ 0,83 por ação/2006 - R\$ 0,82 por ação)

Ações preferenciais (2007 - R\$ 0,83 por ação/2006 - R\$ 0,82 por ação)

Dividendos complementares

Juros sobre o capital próprio

IRRF

Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF

(R\$ 0,57 por ação em 2007 e R\$ 0,55 por ação em 2006)

Total dos dividendos mínimos e complementares

Os juros sobre o capital próprio foram calculados observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2007 e foram atribuídos aos dividendos pelo valor líquido do imposto de renda na fonte para todos os fins legais.

18. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA (NÃO AUDITADO)

RECEITA COM FORNECIMENTO DE ENERGIA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

Classe de consumidores	Número de consumidores	2007	2006	MWh	2007	2006	R\$	2007	2006
Residencial	34.078	32.596	70.374	66.218	38.460	34.350			
Residencial - Baixa renda	16.278	15.924	14.469	13.633	4.962	4.352			
Industrial	980	913	65.610	60.653	25.163	22.729			
Com. serv. e outras atividades	6.207	6.007	55.747	50.888	28.649	25.567			
Rural	19.295	17.099	98.969	77.310	22.693	17.402			
Proder público	732	694	10.186	9.333	5.041	4.448			
Iluminação pública	42	43	11.911	10.833	3.108	2.701			
Serviço público	124	120	9.134	8.948	3.365	3.062			
Consumo próprio	34	35	545	469	-	-			
Subtotal	77.770	73.431	336.945	298.285	131.441	114.611			
Recuperação de recomposição tarifária extraordinária (faturamento de receita de ano anterior)	-	-	-	-	-	(4.134)			
Reposicionamento tarifário diferido - IRT 07/02/07 e 07/02/06	-	-	-	-	(5.119)	(2.232)			
Fornecimento tarifas republicadas	-	-	-	-	-	239			
Total fornecimento de energia	-	-	-	-	128.322	108.493			
Reposicionamento tarifário diferido	-	-	-	-	3.991	3.546			
Doações contrib. res. baixa renda	-	-	-	-	2.344	2.082			
ICMS	-	-	-	-	(28.055)	(24.966)			
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	(538)	(551)			
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(2.576)	-			
Quota pr. Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	(2.331)	-			
Outros impostos e contribuições	-	-	-	-	(8.846)	(9.234)			
Outros	-	-	-	-	1.421	770			
Total	77.770	73.431	336.945	298.285	91.734	80.140			

ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Supradora	MWh	2007	R\$	MWh	2006	R\$
ESCELSA - Espírito Santo	380.157	50.008	336.054	37.242		
Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA	-	574	-	356	-	-
Total	380.157	50.582	336.054	37.598		

SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	MWh	2007	2006
Geração própria	11.814	12.248	
Energia registrada	380.157	336.054	
Total	391.971	348.302	

1. Despesa com pessoal

Descrição	2007	2006
Nº funcionários	10	228
Total funcionários	10	228
Remuneração	178	5.007
Encargos sociais	66	1.856
Total	244	6.863

2. Despesa com venda

Descrição	2007	2006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	159
Total	33	159

3. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2007	2006
Pessoal	2.934	2.607
Material	32	155
Serviço terceiro	2.544	2.145
Depreciação	689	605
Outras despesas	729	397
Total	6.928	5.909

4. Despesas não operacionais

Descrição	2007	2006
Resultado na venda de bens do imobilizado	82	129
Total	82	129

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a alíquota efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social é apresentada como segue:

	2007	2006
Imposto de renda		
Lucro antes do imposto de renda	19.280	17.920
Alíquota imposto de renda	15%	15%
Adicional imposto de renda	10%	10%
Adições (Exclusões)		
Provisões temporariamente não dedutíveis	33	159
Outras adições	186	295
Ajustes RTE/PIS/COFINS/CVA	2.866	2.093
Outras exclusões	(136)	(358)
Base de cálculo	22.229	20.109
Imposto de renda (despesas)	5.533	5.003

Contribuição social

	2007	2006
Lucro antes da contribuição social	19.280	17.920
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Adições (Exclusões)		
Provisões temporariamente não dedutíveis	33	159
Outras adições	184	291
Ajustes RTE/PIS/COFINS/CVA	2.866	2.093
Outras exclusões	(1.534)	(1.605)
Base de cálculo	20.829	18.858
Contribuição social (despesas)	1.875	1.697

A Companhia, conservadoramente, não reconhece efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente inadmissíveis.

20. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que, segundo a Administração da Companhia, são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. Os principais ativos em serviço estão segurados por um montante global de R\$ 32.871.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Período de vigência	Importância segurada
Incêndio	26/07/07 a 26/07/08	31.571
Responsabilidade civil geral	26/07/07 a 26/07/08	1.300
		32.871

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As receitas (despesas) financeiras são representadas como segue:

	2007	2006
Receitas		
Receita de aplicações financeiras	2.457	2.407
Variações monetárias	185	679
Outras receitas financeiras	1.266	1.136
Total	3.908	4.222
Despesas:		
Encargos de dívidas	1.326	1.032
Outras despesas financeiras	875	699
Total	2.201	1.731
Receitas (Despesas) financeiras - líquidas	1.707	2.491

22. TAXAS REGULAMENTARES

	2007	2006
Reserva Global de Reversão - RGR	536	551
Conta de Consumo de Combustível - CCC	2.331	4.253
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.576	2.376
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	213	171
Total	5.656	7.351

23. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Santa Maria patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, um plano de benefícios complementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, composto de complementos calculados de acordo com o critério de "Benefícios de Risco" - Parte Geral e de "Benefícios de Prazo Programado" - Parte Opcional, do tipo misto, cuja administração é feita por entidade de previdência privada aberta, o HSB Previdência S.A. O plano de benefícios foi constituído em 1º de novembro de 1992. Apesar de a Companhia ser patrocinadora de um fundo multipatrocinado, não existe solidariedade financeira entre a Companhia e as demais patrocinadoras do fundo. A reserva matemática garantidora dos benefícios concedidos, constituída na data de início do benefício em nome do participante que se aposentará, deverá ser, no mínimo, equivalente às contribuições vertidas pelo próprio participante, corrigidas monetariamente de acordo com a variação das quotas patrimoniais, descontadas as parcelas das contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco.

A partir de 31 de dezembro de 2001, as empresas devem contabilizar em suas demonstrações contábeis os passivos oriundos dos benefícios concedidos aos empregados, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Companhia não havia efetuado as avaliações atuariais necessárias.

Para os exercícios de 2007 e 2006, a fim de atender a essa exigência, a Companhia contratou consultoria externa para a realização de avaliação atuarial dos benefícios previdenciários oferecidos a seus empregados, relativamente aos exercícios de 2001 a 2007.

A seguir os principais resultados da referida avaliação atuarial, adotando as regras estabelecidas pelo pronunciamento NPC 26 do IBRACON, conforme exige o item 81 do referido pronunciamento:

	R\$	2007	2006
Conciliação de ativos e passivos			
Valor presente das obrigações atuariais	(1.113.504)	(966.110)	
Valor justo dos ativos do plano	3.170.742	2.737.531	
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	2.057.238	1.771.421	
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(4.756.109)	(3.228.567)	
Custo do serviço passado não reconhecido (Passivo) Ativo atuarial líquido	6.813.347	4.999.988	

O ativo atuarial acima demonstrado não foi registrado, tendo em vista o disposto no item 49, alínea "g", do Pronunciamento NPC 26 do IBRACON. Nos anos de 2001 e 2002, também em conformidade com o referido pronunciamento, foi apurado ativo atuarial líquido:

	R\$	2007	2006
Cálculo dos ganhos (perdas)			
Valor do ganho (perda) no início do ano	(3.228.567)	(1.998.670)	
Amortização no ano	123.117	76.993	
Ganho (Perda) nas obrigações atuariais	965.434	752.899	
Ganho (Perda) nos ativos do plano	(2.626.928)	(2.070.679)	
Ganho (Perda) na contribuição do empregado	10.634	10.891	
Ganho (Perda) no final do ano	(4.756.109)	(3.228.567)	
Cálculo do corredor*	317.074	273.753	

(*) 10% do maior entre o patrimônio e o valor da obrigação.

	R\$	2007	2006
(Despesa) Receita reconhecida na demonstração de resultados			
Custo do serviço corrente (com juros)		(88.893)	
Juros sobre as obrigações atuariais		(1.065.040)	
Rendimento esperado dos ativos do plano		3.017.654	
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos		(123.117)	
Custo do serviço passado não reconhecido		-	-
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida		1.740.804	
Contribuição esperada de participante para o próximo ano		30.851	
Total da (despesa) receita líquida reconhecida		1.771.655	

	R\$	2007	2006
(Despesa) Receita a ser reconhecida na demonstração de resultados			
Custo do serviço corrente (com juros)		(108.644)	
Juros sobre as obrigações atuariais		(1.227.527)	
Rendimento esperado dos ativos do plano		3.495.426	
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos		(117.561)	
Custo do serviço passado não reconhecido		-	-
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida		1.981.694	
Contribuição esperada de participante para o próximo ano		37.380	
Total da (despesa) receita líquida reconhecida		2.019.074	

	2007	2006
Premissas atuariais adotadas nos cálculos		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	0,1024	0,1024
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	0,1024	0,1024
Índice estimado do aumento nominal dos salários	4%	4%
Índice estimado do aumento nominal dos benefícios	4%	4%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	-	-
Tábua biométrica de sobrevivência	AT 83	AT 83
Tábua biométrica de mortalidade	CSO 58	CSO 58
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Alvaro	Alvaro
Tábua biométrica de mortalidade de inválido	Vindas	Vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválido	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Taxa de rotatividade esperada	-	-

Continua >>>

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu a divulgação, em nota explicativa, às demonstrações contábeis, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo, relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não possíveis de serem estimados em termos de valor de mercado.
- Aplicações em fundos de curto prazo e/ou aplicações de renda fixa, de característica de curto prazo, contratados a taxas de mercado e registrados contabilmente por valores que se aproximam ao valor de mercado.
- Captações de empréstimos de fontes de financiamento específicas, de fontes oficiais, com o objetivo de financiar aquisição de ativo fixo e recomposição tarifária extraordinária, cujo valor de mercado não se encontra disponível.

25. PRINCIPAIS PONTOS DA REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA E REAJUSTE TARIFÁRIO

Com base na subcláusula 7ª da cláusula 7ª do Contrato de Concessão nº 20/99, a ANEEL homologou, pela Resolução nº 31, de 5 de fevereiro de 2004, publicada no DOU do dia 9 de fevereiro de 2004, ratificada pela Resolução nº 15, de 31 de janeiro de 2005, publicada no DOU do dia 4 de fevereiro de 2005, os resultados provisionais da primeira revisão tarifária da Companhia, apresentando Reposicionamento Tarifário Periódico - RTP de 22,01%. As tarifas de fornecimento, no entanto, foram reposicionadas em 15,02%, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2004. Nos reajustes tarifários anuais a serem homologados para os anos de 2005 a 2007 serão acrescidos à Parcela "B" de cada ano parcelas anuais no valor de R\$ 2.813.

Pela Resolução nº 16, de 31 de janeiro de 2005, publicada no DOU do dia 4 de fevereiro de 2005, a ANEEL homologou o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 14,98%, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2005.

Pela Resolução Homologatória nº 261, de 19 de dezembro de 2005, publicada no DOU do dia 22 de dezembro de 2005, a ANEEL homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da ELFSM elevando o Reposicionamento Tarifário Periódico - RTP de 22,01% para 28,60%. O reposicionamento das tarifas foi mantido em 15,02%, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2004. Pela Resolução nº 290, de 6 de fevereiro de 2006, publicada no DOU do dia 6 de fevereiro de 2006, a ANEEL homologou o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 15,23%, excluídas as alíquotas do PIS e da COFINS, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2006 e nos reajustes tarifários anuais a serem homologados para os anos de 2005 a 2009 serão acrescidas à Parcela "B" de cada ano parcelas anuais no valor de R\$ 3.548, atualizadas na ocasião do respectivo reajuste tarifário anual. Em 5 de dezembro de 2006, a ELFSM solicitou a republicação das tarifas da Resolução Homologatória nº 290/06, considerando a nova metodologia resultante da Audiência Pública nº 013/06, que recebeu contribuições referentes à metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e das Tarifas de Energia - TE aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, cujo mercado próprio seja inferior a 500 GWh/ano, considerando as disposições do Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002. Considerando essa alteração metodológica, o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica recalculado foi de 15,11%, cujo efeito médio percebido pelos consumidores é de 15,30%, a ser aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica da ELFSM, resultando em um efeito médio de 29,09% para os consumidores conectados em Alta Tensão - AT e de 11,61% para os conectados em Baixa Tensão - BT e pela fixação das novas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, com vigência de 7 de fevereiro de 2006 a 6 de fevereiro de 2007.

Pela Resolução Homologatória nº 431, de 6 de fevereiro de 2007, publicada no DOU do dia 7 de fevereiro de 2007, a ANEEL homologou o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 14,56%, sendo 11,35% relativos ao reajuste tarifário anual e 3,22% relativos aos componentes financeiros externos ao reajuste, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2007.

26. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR ATIVIDADE

	2007			2006		
	Geração	Distribuição	Total	Geração	Distribuição	Total
Receita Operacional	1.514	132.564	134.078	1.357	113.534	114.891
Fornecimento de energia elétrica	1.514	124.806	126.322	1.357	107.136	108.630
Doações contrib. resid. baixa renda	-	2.344	2.344	-	2.082	2.082
Reposicionamento tarifário diferido	-	3.991	3.991	-	3.546	3.546
Outras receitas	-	1.421	1.421	-	770	833
Deduções à receita operacional	(141)	(42.203)	(42.344)	(131)	(34.620)	(34.751)
Quota p/ Reserva Global de Reversão - RGR	-	(536)	(536)	-	(551)	(551)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	-	(2.576)	(2.576)	-	-	-
Quota p/ Conta Consumo Combustível - CCC	-	(2.331)	(2.331)	-	-	-
Impostos e contribuições s/ a receita	(141)	(36.760)	(36.901)	(131)	(34.069)	(34.200)
Receita operacional líquida	1.373	90.361	91.734	1.226	78.777	80.140
Despesa Operacional	(313)	(71.074)	(71.387)	(295)	(61.571)	(61.866)
Pessoal	(243)	(7.902)	(8.145)	(218)	(6.733)	(6.951)
Material	-	(2.688)	(2.688)	(2)	(2.157)	(2.159)
Serviços de terceiros	(33)	(4.779)	(4.812)	(39)	(4.128)	(4.167)
Energia elétrica comprada p/ revenda	-	(50.582)	(50.582)	-	(37.242)	(37.242)
Quota p/ Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	(4.253)	(4.253)
Conta Desenv. Energético - CDE	-	-	-	-	(2.376)	(2.376)
Depreciação e amortização	(21)	(3.435)	(3.456)	(22)	(2.880)	(2.902)
Outras despesas operacionais	(16)	(1.888)	(1.704)	(14)	(1.802)	(1.816)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	1.060	19.287	20.347	931	17.343	18.274
Efeitos financeiros	-	(1.310)	(1.310)	-	(269)	(269)
Resultado operacional	1.060	17.977	19.037	931	17.074	18.005
Resultado não operacional	-	243	243	-	52	52
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social, participações e reversão dos juros sobre capital próprio	1.060	18.220	19.280	931	17.126	18.057
Imposto de renda e contribuição social	(359)	(7.408)	(7.767)	(348)	(6.352)	(6.700)
Participação estatutária	-	(1.404)	(1.489)	(73)	(1.325)	(1.398)
Reversão dos juros sobre capital próprio	144	2.873	3.017	143	2.617	2.760
Lucro líquido do exercício	760	12.840	13.400	653	12.068	12.719
Lucro por ação - R\$	0,17	2,86	3,03	0,16	2,86	3,02

A Companhia mantém registro das receitas e despesas por atividade segregando-as entre produção e distribuição, conforme determinação do Órgão Regulador. A demonstração dos resultados segregados por atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 foi elaborada adotando-se os critérios descritos abaixo:

Para segregação das receitas operacionais foi adotado o seguinte critério:

• A receita de produção para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de distribuição.

Para segregação das despesas foram adotados os seguintes critérios:

• Deduções às receitas - exceto quanto ao ICMS, que incide somente sobre a atividade de comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

• Despesas operacionais - as despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no plano de contas.

Para segregação das receitas e despesas financeiras e resultado não operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais. As participações estatutárias foram alocadas proporcionalmente a cada atividade.

Os juros sobre capital próprio e a reversão dos juros sobre o capital próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns.

A demonstração de resultado acima referida foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos balanços patrimoniais ativos e passivos e as mutações do patrimônio líquido. Dessa forma, a referida demonstração não representa necessariamente a demonstração do resultado de cada atividade, caso elas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

27. ALTERAÇÕES NO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

As Leis nº 10.847 e nº 10.848 da Presidência da República, de 15 de março de 2004, instituíram o novo modelo do setor elétrico brasileiro. As principais mudanças podem ser resumidas como segue:

- A criação de três novos organismos (Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) que centralizarão o planejamento e o monitoramento da expansão da geração e da transmissão, além da administração do mercado.
- A definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destacamos:
- A expansão da oferta de energia elétrica por meio de competição (licitação de novos projetos de geração).

• A coexistência de dois ambientes de contratação: livre (ACL) e o regulado (ACR);

• A orientação da atividade de distribuição somente para o serviço de rede e venda de energia para consumidores cativos (com a obrigatoriedade de atendimento de 100% de seus requisitos de energia elétrica);

• A proibição do "self dealing" (contratos com partes relacionadas);

• Novas regras para a migração e a retratação de consumidores livres.

28. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente com relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008.

Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade, e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do exercício de 2008, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser resumidas como segue:

• Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.

• Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender a legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.

• Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.

• Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

• Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia inclusive os decorrentes de operações que transfiram a Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas, e algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, não é possível determinar os impactos decorrentes da entrada em vigor da referida Lei nas demonstrações contábeis da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007			AJUSTADO 2006		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			91.734			80.140
Resultado operacional (RO)			19.037			18.005
Folha de pagamento bruta (FPB)			5.778			4.944
2 - Indicadores Sociais Internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	100	1,73%	0,11%	89	1,80%	0,11%
Encargos sociais compulsórios	2.282	39,49%	2,49%	1.900	38,43%	2,37%
Previdência privada	268	4,64%	0,29%	227	4,59%	0,28%
Plano de Saúde	31	0,54%	0,03%	-	0,00%	0,00%
Seguradora e medicina no trabalho	8	0,14%	0,01%	5	0,10%	0,01%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	16	0,28%	0,02%	23	0,47%	0,03%
Outros ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros - Vale Transporte / Seguro de Vida	105	1,82%	0,11%	52	1,05%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos	2.810	48,63%	3,06%	2.296	46,44%	2,86%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	1	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	1	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	9	0,06%	0,01%	5	0,03%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	11	0,06%	0,01%	5	0,03%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	16.267	85,45%	17,73%	15.843	87,99%	19,77%
Total - Indicadores sociais externos	16.278	85,51%	17,74%	15.848	88,02%	19,78%
4 - Indicadores Ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	77	0,40%	0,08%	16	0,09%	0,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	100	0,53%	0,11%	38	0,21%	0,05%
Total dos investimentos em meio ambiente	177	0,93%	0,19%	54	0,30%	0,07%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos e consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a	() não possui metas			() não possui metas		
	() cumpre de 51 a 71%			() cumpre de 51 a 71%		
	() cumpre de 0 a 50%			(X) cumpre de 76 a 100%		
	() cumpre de 0 a 50%			(X) cumpre de 76 a 100%		

Continua >>>

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

>>> Continuação

5 - Indicadores do Corpo Funcional					
Nº de empregados(as) ao final do período	310			311	
Nº de admissões durante o período	53			62	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	103			127	
Nº de estagiários(as)	1			1	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	68			95	
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13			13	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	22			22	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	5			5	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,48			20,00	
Número total de acidentes de trabalho	2			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(X) não se envolverá	() apoiará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa 294	no Procon 03	na Justiça 05	na empresa 120	no Procon 02
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas	na empresa 88,00%	no Procon 100,00%	na Justiça 80,00 %	na empresa 100,00%	no Procon 100,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	75.289		71.169		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	66,08% governo 10,84% acionistas	10,82% colaboradores(as) 3,32% terceiros	8,94% retido	67,56% governo 10,70% acionistas	9,77% colaboradores(as) 2,84% terceiros

DIRETORIA: ARTHUR ARPINI COUTINHO
Diretor-PresidenteANGELO ARPINI COUTINHO
Diretor Vice-PresidenteANGELO ANDRÉ BOSI
DiretorELEOMAR ANTONIO MARGOTTO
Contador CRC-ES 7076/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Exceto pelo assunto mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. A Companhia reconhece a receita com o fornecimento de energia elétrica, com base na data de emissão das faturas a seus consumidores, não considerando o montante de energia fornecida e não faturada até a data de 31 de dezembro de 2007. Não nos foi possível estimar o montante da receita líquida naquela data.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam ocorrer se não houvesse a limitação descrita no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e do fluxo de caixa, apresentadas para propiciar informações suplementares como parte integrante das demonstrações contábeis foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no

parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes com relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer, datado de 9 de março de 2007, continha ressalva por limitação sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo 3. Ademais, conforme nota explicativa número 16, as demonstrações acima foram ajustadas em R\$ 137 mil, em função da receita do exercício de 2006 ter sido apropriada a maior. Tal ajuste foi efetuado com base na deliberação nº 506, de 19 de junho de 2006.

Belo Horizonte, 14 de março de 2008

BDO

BDO Trevisan

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3 S ES
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/C-5

Protocolo 20931



Cidadania



AJUDE A CONSERVAR OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO SEU BAIRRO

DISQUE-DENÚNCIA
0800-283-9944Governo do Estado
do Espírito Santo
Secretaria de Estado
da Segurança Pública

Governo do Estado do Espírito Santo

SIGILO ABSOLUTO COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO COMBATE AO CRIME

VISITE NOSSO SITE
www.dio.es.gov.br